

AS REPRESENTAÇÕES DO MESSIANISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS: Um Debate Historiográfico.

MARTINILIANO SOUZA*¹

1. INTRODUÇÃO

O messianismo pode ser compreendido como uma crença na vinda de um messias, que anuncia e instaura uma época de felicidade e justiça. Essa ideia vincula-se a uma tradição judaico-cristã inscrita no ideal de povo escolhido e representa, em parte, àqueles movimentos populares de cunho religioso que ocorreram no Brasil no último quartel do século XIX início do século XX. O termo, no entanto, guarda outros debates, devido ao eurocentrismo que o cerca e por não dar conta de explicar as particularidades de movimentos religiosos que ocorreram neste período, tais como Canudos, Contestado e Padre Cícero, na medida em que não considera o viés explicativo do catolicismo popular, resultado de um sincretismo religioso entre as culturas africanas, europeia e nativa (FACÓ, 1980; QUEIROZ, 1965). Compreendê-lo em sua essência significa repensar a historiografia sobre o tema e ainda dialogar com uma produção historiográfica preocupada com o ensino de história nos bancos escolares e com a produção e consumo dos livros didáticos, no que diz respeito às tendências historiográficas e didáticas pedagógicas contidas no interior desses manuais.

No decorrer da Primeira República no Brasil ocorreram movimentos sociais de contestação à ordem estabelecida, que se deram, em certa medida, ao avanço da propriedade produtiva no campo, à consolidação do poder dos coronéis e ao surgimento do “colonato”, acrescido das reformas urbanas e do fim da escravidão. Diante da agudização dessas contradições o Brasil se tornou cenário profícuo ao surgimento de contestações populares.

Em diversas regiões do o “messianismo” se insere nesse contexto como forma de reivindicações sociais e políticas, acrescidas, do elemento religioso. Boris Fausto (2003) classifica esses movimentos em três grandes grupos, “[...] *os combinaram conteúdo religioso com carência social; [...] os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; [...] os que expressam reivindicações sociais sem conteúdo religioso*”. (FAUSTO, 2003: 295)

O messianismo em uma perspectiva hodierna deve considerar as sociedades indígenas. Foi constatado, no interior desses agrupamentos, a existência de movimentos messiânicos

¹ Professor da rede pública de ensino. Especialista no ensino de história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/REDEFOR). Professor supervisor do projeto PIBID/ História-USP.

inteiramente nativos, não contribuinte de uma ideologia judaico-cristã, mas com a presença de um ideal salvacionista (PEREIRA DE QUEIROZ, 1965).

De acordo com Filipi Pinto Monteiro (2010) o que falta em estudos mais recentes sobre esses eventos, são recortes que deem uma perspectiva histórico-cultural à interpretação dos movimentos na tentativa de resgatar sua historicidade.

No intrínseco diálogo entre historiografia e ensino de história se pretende localizar onde se dá a construção de uma memória oficial sobre esses movimentos, que são muitas vezes pejorativas.

O que se quer pensar, portanto, é se esses manuais, alvo de avaliações pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), têm incorporado em seu interior novos temas, novos debates e propondo novos questionamentos, ou se na realidade continuam reproduzindo conteúdos prescritos de maneira diversas, expondo fatos distorcidos, e se ainda contém versões deturpadas que representam as diferentes maneiras com que os autores e editores se apropriam das versões oficiais para reproduzi-las apenas com nova roupagem?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de levantamento bibliográfico que reúne algumas pesquisas que debatem o tema. O confronto desses pontos de vista gera uma síntese que expressa parte do posicionamento empreendido para desmistificar posicionamentos maniqueístas sobre o assunto. A seleção do material obedeceu ao seguinte critério: preferimos livros de ensino médio, pois compreendemos que nesses manuais a discussão pode ser mais profunda e sistemática e optamos pelas coleções mais vendidas de acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira de Editores de Livros Didáticos (Abrelivros) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ainda trabalharemos com alguns livros do fim do século XIX e início do XX que nos trarão um contraponto com o intuito de evidenciar as nuances na exposição do conteúdo ora debatido.

A análise, contudo, não pretende colocar o livro didático no banco dos réus, tampouco seus autores. Antes, busca compreender os manuais didáticos em suas especificidades que vão desde sua produção até a maneira como os conteúdos são expostos e organizados, pois como afirma Bittencourt (2006) ele é fruto de uma demanda da indústria cultural que está sujeito à regras e exigências de mercado.

2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS MOVIMENTOS “SÓCIO-RELIGIOSOS”.

Uma relação aparente que une esses movimentos, além das questões sociais, é o forte senso de coletividade, na medida em que sobrepuja as individualidades em nome do bem comum, envolvendo sempre a história e as necessidades do coletivo, na transformação da terra para todos e não para um só homem. O forte senso comunitário forma uma irmandade com leis próprias que reduzem as desigualdades (ROSSI, 2007).

O elemento religioso é outra característica, imbricado nessas contestações sociais se encontra na instância do divino e conduz a crença em um messias, que assim como nos textos bíblicos, trará um tempo de paz e prosperidade ao povo. Essa concepção satisfaz uma expectativa religiosa de tempo linear e escatológico em que o fim é o Paraíso. Maria Isaura (1965), antropóloga, afirma que para o povo “[...] o messias é alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do bem sobre o mal, ou pra corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso terrestre, tratando-se, pois de um líder religioso e social [...]” (QUEIROZ, 1965: 25-27). Esse aspecto social somado ao senso de espiritualidade que propunha uma intensa relação com o sagrado e com o divino, tornava essas comunidades totalmente diferenciadas.

É necessário distinguir *milénarismo*. Embora nem um nem outro façam parte das religiosidades populares do meio rural. O milénarismo está no seio das religiões que almejam por uma idade do ouro desaparecida, ela se manifesta em matrizes religiosas como o judaísmo, cristianismo e islamismo. Ele, no entanto, se diferencia por compreender que o “advento do reino” reatualiza as condições anteriores à queda do anjo mau e também acreditam que o redentor já veio e está prestes a voltar para garantir a prosperidade e a paz por mil anos até que haja um novo combate com as forças demoníacas, que após serem vencidas, os remanescentes encontrarão a glória eterna num paraíso celeste (VILLALTA, 2007). É importante elucidar que embora não sejam constitutivos dos movimentos brasileiros, devido à ressignificação dada pelos sertanejos ao catolicismo nas regiões afastadas, plasmado pelo processo colonizador, eles servem como balizadores na compreensão da insurgência desses eventos. Não obstante, uma contribuição importante no entendimento desses eventos é a de René Ribeiro (1962) sugerida por Pompa (1998) na qual o autor buscou criar algumas categorias a fim de distinguir o que é específico em cada um dos movimentos, de acordo com ele esses podem ser organizados em três grandes grupos: movimentos sebastianistas;

movimentos milenaristas; movimentos contemporâneos profético-miraculosos e sincréticos, de influência protestante-católico-espiritista, desenvolvidos também em ambientes urbanos (POMPA, 1998).

Categorizá-los, não significa ignorar suas particularidades, ao contrário, é uma tentativa de balizar suas semelhanças, mesmo porque "messianismo" é um conceito em processo de desconstrução, pois não pode ser reduzido a uma concepção meramente cristã e eurocêntrica. É preciso incorporar no cabedal de análises a importância daquelas manifestações proféticas com vista à salvação de povos subjugados que se desenvolveram no interior das civilizações americanas antes do contato com o europeu e que podem se transformar em uma bela relação temática para abordar em sala de aula. Na busca pela historicidade e pela desconstrução do termo Lanternari (1960) aponta para a construção de um novo conceito que tenta abarcar outras manifestações de *caráter messiânico* que é o de "movimento sócio religioso". Já que "messianismo" fica muito restrito aos movimentos judaicos cristãos, romper com esse pensamento é, sobretudo, romper com as vertentes eurocêntricas de análise histórica.

3. HISTORIOGRAFIA EM DEBATE

Um dos trabalhos mais conhecidos é o de Rui Facó (1980), texto inacabado devido sua morte. Para o autor, o motivo pelo qual esses movimentos surgem no Brasil deve-se ao fato de que o monopólio da terra levou o Sertão ao atraso e a estagnação, e que o analfabetismo comprometeu atuação dos povos de tal maneira que a "[...] *única forma de consciência do mundo, da natureza, da sociedade, da vida, que possuíam as populações interioranas, era dada pela religião ou por seitas nascidas nas próprias comunidades rurais, variante do catolicismo.[...]*" (FACÓ, 1980: 09).

A partir daí, para defender seu pensamento e justificar seu ponto de vista, emprega algumas conceitos marxistas como "latifúndio semi-feudal", "monopólio", "trabalho semi-servil" e "espoliação". Faz distinção entre o Norte e o Sul do país; um como sendo antagônico ao outro do ponto de vista do desenvolvimento, da urbanização e do início da industrialização. Quando trata do aspecto religioso como motor dessas reivindicações ele revela seu lado mais ortodoxo ao afirmar que a religiosidade está ligada a consciência primária que o homem tem de si mesmo e que está sujeito a tudo que o rodeia (FACÓ, 1980).

As principais críticas ao trabalho do jornalista cearense podem ser consideradas pela confusão feita por causa do monopólio da terra, no que se refere a uma economia monocultora. Essa afirmativa em Facó não encontra respaldo já que o nordeste não estava inserido nessa lógica econômica (POMPA, 1998); depois pela concepção de uma ideia implícita referente ao determinismo religioso, como única forma de representação e resistência diante da espoliação latifundiária, que não se legitima em função da ocorrência de conflitos laicos que se revestiram de reivindicações sociais puramente sociais. Existem outras divergências no trabalho de Facó, como por exemplo, o emprego da palavra “fanáticos” que mesmo sendo elucidada no início do trabalho é utilizada em demasia e causa a ideia de que estamos tratando de fanáticos ignorantes sem consciência política ou social.

Buscando explicações dentro dos próprios movimentos Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965) propõe uma separação entre messianismo e milenarismo. Ela faz uso da expressão “autoridade carismática” e incorpora o conceito de “anomia” para pensar as perdas de identidade, forçadas pelos poderes políticos, através da desarticulação dos núcleos familiares. De acordo com Cristina Pompa (1998) há marcas importantes do pensamento de Weber e Durkheim no pensamento de Maria Isaura, um exemplo disso é quando a autora pensa o tipo de sociedade na qual esses movimentos se engendram, pois elas são fomentadoras de suas características básicas e da razão de ser do movimento. Alega, ainda, que a maneira como a sociedade está estruturada em um sistema de parentesco constitutivas das relações entre o português, o indígena e o africano permitem a organização das “pirâmides familiares”. A maior parte dos movimentos “sócio-religiosos” no Brasil possui uma marca reformista, na medida em que tentam preservar a ordem social posta em cheque forçadamente pelo poder político que tenta conduzir à falência da identidade familiar e social estabelecida no interior desses grupos. O descaso, a repressão e a supressão são as ferramentas dessa tentativa (QUEIROZ, 1965). Em suma, seu ponto de vista permite a desconstrução de interpretações vinculadas a concepções jornalísticas, literárias e psicológicas oriundas de uma visão da patologia social desviante. Constrói categorias sociais analíticas que devolvem a legitimidade dos movimentos a partir de uma lógica social na qual os compreende como normal ou necessário: tais critérios permitem a construção de uma historicidade para os movimentos, pois não os relega a uma ação são deterministas.

Maurício Vinha de Queiroz (1966) em seu trabalho compreende essas revoltas como alienadas ou pré-políticas, condenadas ao fracasso por não possuírem um sistemático projeto revolucionário e falta de consciência política estruturalizante, ele tenta resgatar a individualidade do movimento ocorrido. Cristina Pompa (1998), afirma, entretanto, que o aspecto positivo de seu trabalho encontra-se na busca pelas explicações de um só evento com o intuito de desvelar as estruturas das tensões sociais que se resumem na simples necessidade de garantir o direito a terra.

Outra importante contribuição teórica é o trabalho de Duglas Teixeira Monteiro, para ele a compreensão dos movimentos deve passar pela análise do universo semântico por meio do qual o mundo material adquire sentido (MONTEIRO, 1974). Cabe lembrar que para empreender esse tipo de tarefa a localização da ideologia torna-se imperativo na condução dessas análises. Ao deter seu olhar no movimento do Contestado ele encontra três categorias explicativas a partir do "método semiótico" de análise: a "ordem pretérita", o "desencantamento do mundo" e o "reencantamento do mundo". Essas categorias permitem a Duglas à compreensão de que existe um antes, um durante e um depois com os quais há uma elaboração dos instrumentos para superar a crise. O autor firma ainda que a crise torna-se inteligível a partir das respostas sociais que lhes são dadas, localizada na agência dos indivíduos no interior dos grupos, sendo assim é possível compreender o sentido de suas instituições e reivindicações.

Sobre uma proposta inovadora deve-se considerar o trabalho de Alba Zaluar (1979) que fez um levantamento de marcas analíticas dicotômicas sobre os movimentos "sócio-religiosos". As mais flagrantes são "fanáticos/místicos"; "bandidos/ingênuos", além da oposição entre "litoral/sertão"; "rural/urbano", e os binômios "dominante/dominados" e "opressor/oprimido", como forma de análises maniqueístas. Neste sentido, Alba adverte que é preciso compreender esses conflitos entre forças no qual a autonomia ou integração, a oposição ou conciliação não são dados "*a priori*", mas uma construção histórica.

Por fim, o historiador Della Cava (1970 e 1975) elucida a importância de se trabalhar com dados especificamente históricos. Ao interpretá-lo e compreender seu ponto de vista, Cristina Pompa (1998) afirma é preciso considerar as circunstâncias históricas que interferem no surgimento dos movimentos, assim como as demandas sociais, regionais, nacionais e o caráter dinâmico e processual dos movimentos.

É importante compreender que para fecundidade de trabalhos como os de Monteiro (1978) e Cava (1970) e mesmo Vinha de Queiroz (1966) é preciso considerar os depoimentos individuais dos participantes como forma de apreender o social, o simbólico, o material e a ideologia. Se por um lado os trabalhos de Facó (1980), Queiroz (1965) e Lanternari (1977) buscam leis explicativas de caráter tipológico que consideram a ordem social ou sócio econômica e não dão conta de cada manifestação histórica e suas especificidades. Por outro, os trabalhos sobre único movimento como Dell Cava (1970) e Teixeira Monteiro (1978) ao preocuparem-se com a reconstituição objetiva devolvem a historicidade e a singularidade dos movimentos fornecendo os dados necessários para sua compreensão particular, tal como sugeriu Queiroz (1965).

4. DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO LIVRO DIDÁTICO

Do ponto de vista do consumo, o livro didático está inserido em uma lógica mercadológica na qual está sujeito às demandas e a padronizações das editoras. O autor tem pouca autonomia no processo de constituição desses materiais. Um olhar mais atento na contracapa dos livros e identificaremos que o papel do autor modificou-se diante das novas exigências do mercado e pela incorporação de outros sujeitos que atuam em conjunto com o mesmo, que deixou de ser a figura central (BITTENCOURT, 2004). Localizamos nas obras recentes equipes composta por mais de vinte profissionais, variando de acordo com a editora, atuando em regime de coordenação, assessoria, assistência, entre outros, com os autores principais. Alguns desses cargos chamam atenção. Por exemplo, *coordenação de designe, projetos visuais e coordenação de pesquisa iconográfica*. Esses profissionais muitas vezes estão alheios à problemáticas pedagógicas que envolvem a escolha e decisão de uma imagem, que pode perpetuar certa representação da história.

Pensar a relação do conteúdo com a forma não significa pensá-lo encerrado em si mesmo, significa refletir sobre as representações e a maneira como o próprio poder cria mecanismos para limitar os autores na construção dos textos. Não estamos falando de um determinismo institucional e nem queremos negar o papel do autor enquanto sujeito de suas próprias representações. O conhecimento não é mais monopolizado por certos grupos, está mais democrático, o que torna mais flagrante as relações de poder.

Defendemos aqui que o livro didático é um material de consulta por isso nenhum deles será à nossa concepção, um recurso completo, sem macula, pronto e acabado. Ele perpetua identidades, valores e tradições dos grupos dominantes. É um importante depositório de conteúdos, na medida em que incorporam os saberes da disciplina e o saber científico; por isso é um instrumento pedagógico, pois contém técnicas de aprendizagem como exercícios, questões e indicações de como trabalhar (BITTENCOURT, 2006).

Para início do ano letivo de 2012 foram gastos para todo território nacional com livros didáticos a cifra de R\$1.099.837.675,00. A editora Moderna ficou com um total de R\$220.734.328,00 seguida pela editora Saraiva e pela editora Ática com R\$205.498.681,00 e R\$194.550.185,00 respectivamente. O estado de São Paulo, um dos maiores entes da federação gastou sozinho R\$227.894.648,80 de todo esse montante.² A aquisição por parte das autoridades educacionais significa lucro garantido, e uma vendagem em grande escala garante o retorno financeiro de todos os envolvidos nesse processo de concepção do livro.

Após esses dados financeiros restava saber qual, ou quais, livros foram os mais vendidos para estabelecer o critério de seleção dos materiais que seriam analisados. Pelo menos em tese, significa identificar o alcance em termos quantitativo de uma obra e a partir daí buscar analisar quais representações estão contidas nesses volumes cujos alunos foram expostos ao longo desses quatro anos de vigência do PNLD a fim de notar o caráter qualitativo desses materiais. No que se refere às obras do início do século XX quem nos forneceu a indicação dos autores foi à historiadora Circe Bittencourt (2004) que fez o levantamento dos principais produtores de compêndios desse período que vai de 1810 a 1910.

A luz da bibliografia discutida elencou-se alguns tópicos básicos que deveriam ser ou não encontrados nas obras analisadas. Identificá-las indicaria que o livro possui certa revisão bibliográfica ou que a ainda reafirma alguns estereótipos oriundos das interpretações do século XIX e início do XX. O que se quer saber então é se os textos tratam os movimentos sócio-religiosos como tal ou se referem a eles como movimentos messiânicos, milenaristas ou sebastianistas. Se o texto mostra o surgimento de outros movimentos de caráter não cristão e se mostram os não políticos juntos ou em separado. Se eles aparecem como reformistas ou se isso não é citado. Procuramos também análises marxista ou pré-políticas para designar a

² Dados extraídos do site <<http://www.fn.de.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>> acesso em 10/09/12 as 16:28.

insurgência dos movimentos. E ainda se trazem dicotomias ou estereótipos consolidados em torno do assunto.

5. AS REPRESENTAÇÕES CONTIDAS NAS OBRAS

Maria Isaura Teixeira de Queiroz (1965) listou dez movimentos ocorridos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, todos de caráter reformista com exceção do Mucker, por ter o protestantismo como base para as reivindicações diferentemente dos movimentos de origem cristã³. Desses movimentos de que se têm notícias, nos manuais analisados apareceram somente dois com maior frequência: Canudos e Contestado. O do Padre Cícero é mencionado somente em uma coleção.

As coleções *História em Movimento* e *História Geral e do Brasil* não trazem textos nem imagens sobre os referidos movimentos. A última traz um esquema em formato de quadro conceitual que expressa a seguinte ideia, sem maiores explicações: República Velha → questão social = “caso de polícia” → repressão = canudos, revolta da vacina, chibata, contestado e greves operárias. Mas, não explica o que foi Canudos nem Contestado o que evoca a antiga visão generalista de que esses movimentos eram caso de polícia. Essas duas coleções foram menos vendidas de forma geral, de modo que seu alcance é bem menor em relação aos demais livros.

A coleção *História Geral e do Brasil*, especificamente, ignorou por completo informações sobre quaisquer movimentos reivindicatório ocorridos no campo e explorou somente os urbanos. Há na obra a presença de uma seção sob o título “Assessoria Pedagógica”, na qual a equipe propõe uma farta discussão historiográfica e acadêmica sobre os assuntos que serão tratados, destinada aos professores.

A coleção *História em Movimento* é bastante simplista em relação ao tema analisado, foca nos movimentos políticos laicos urbanos, sem considerar os rurais.

O livro de Ronaldo Vainfas, *Coleção História*, terceiro mais vendido no terceiro ano do ensino médio é o único que trata dos movimentos considerando a atuação do Padre Cícero. Ele inicia uma discussão sobre a República no volume dois, mas se aprofunda no

³Os movimentos ao qual a autora faz menção são: A cidade do Paraíso Terrestre (1817-1820) em Pernambuco; O Reino Encantado ou Pedra Bonita (1836) em Pernambuco; Canudos (1896-1897); Mucker (1872-1874), experiência protestante, em Porto Alegre; Cidade Santa (1872) Ceará; Guerra do Contestado (1915-1916) no Paraná e Santa Catarina; O Beato do Caldeirão e o Circo do Santos (1920-1940) Ceará; O Povo do Velho Pedro (1942) Santa Brígida Bahia; Cidade Fraternidade Universal (1956) na Guanabara; Os Borboletas Azuis (1978), experiência mediúnica.

volume três com dois Capítulos reservados ao tema: “*Brasil: a Primeira República*” e “*Brasil: República no Ritmo das Mudanças*”. Nesse manual existem ambos os conflitos, os de caráter religioso e os que continham só o elemento social no âmbito rural ou no urbano e aparecem na mesma seção. Vainfas, afirma no seu início que esses três movimentos: Canudos, Contestado e Padre Cícero são os “mais importantes”, mas não explica o porquê. Ele ainda afirma que as mudanças políticas e sociais da Primeira República desagregam os modos de vida e as relações tradicionais estabelecidas nas estruturas familiares, postura que corrobora com a visão de Maria Isaura (1965). Também possui uma visão determinista sobre a religiosidade ao afirmar que os “*movimentos populares expressam a insatisfação com a perda de poder da Igreja*”. Ao tratar especificamente dos movimentos individualmente o aluno teria a seguinte impressão: a) O Padre Cícero- teve desentendimentos com a Igreja por que articulava os fieis contra ela. O padre tinha tendências políticas e uma relação com as oligarquias da época, o que faz dele um subversivo religioso ligado às questões políticas locais. Tal movimento é considerado como milenarista, em razão da visão de fim de mundo e da instauração de uma nova Jerusalém que aparecia em sonho para beatas. Essa versão é errônea, já que o padre Cícero não empreendeu um movimento milenarista nem messiânico, ele apascentava os fieis articuladamente com as lideranças políticas locais, mas sem anunciar tempos gloriosos na terra, era uma liderança política que se revestia de argumentos religiosos; b) Canudos- apresenta a tradicional argumentação de que Antônio Conselheiro era um monarquista e por isso contendeu com a República. Afirma que neste caso não podemos classificar o movimento nem como messiânico nem como milenarista posto que Conselheiro não dizia ser o messias e nem prometia um novo mundo na terra. Postura correta, não fosse o fato de que Conselheiro não era monarquista, tampouco antirrepublicano, queria condições de vida melhores e via na monarquia uma forma de organização bíblicamente justificada; c) Contestado - esse sim é milenarista e messiânico, afirma o autor, e isso é consenso explícita ou implicitamente em todos os autores, posto que Antônio Maria se dizia ser um enviado, portanto, um messias e sua volta devia-se a instauração do “reino de Deus” na terra. Aqui fica evidente a luta pela posse da terra e contra a República. Na discussão do tema o autor não trabalha com conceitos sócio-patológicos nem com maniqueísmos, porém sua visão é linear, tradicional e não propõe rupturas sobre o tema ou novas interpretações, ele mesmo define as categorias sem relativizar aspectos ou deixar o aluno refletir e posicionar-se sobre o tema.

A coleção *Ser Protagonista* era a que tinha o discurso mais inovador tanto para os alunos quanto para os professores. Porém os textos são sucintos, reduzidos e sem citações ou referências. O tema é discutido também no terceiro ano e trás exatamente o mesmo esquema que a coleção *História Geral e do Brasil*. Sobre Canudos afirma que este é um movimento messiânico e discute a ideia do “*carisma e capacidade de liderança*” do líder messiânico, termo encontrado em Maria Isaura (1965). Quando menciona o Contestado sugere que o movimento é messiânico e milenarista, isso fica perceptível quando aplica o termo “*monarquia celeste*” para explicar a relação salvacionista de Antonio Maria e de seus impasses contra a República. Esse livro apresenta uma expressão estereotipada sobre os movimentos sócio-religiosos quando menciona que os fazendeiros locais da Bahia reclamavam dos “*fanáticos religiosos*”, mesmo sobre o pretexto de que essa é uma fala dos fazendeiros o autor não desconstrói essa visão em nenhum momento o que compromete a interpretação do aluno.

A coleção *História das Cavernas ao Terceiro Milênio* aborda o tema também no terceiro ano do ensino médio. Seu texto sobre o movimento é bastante completo em relação aos demais até agora discutidos. Explora os aspectos individuais e as características dos participantes dos movimentos, ex-escravos, negros, índios etc. Sobre Canudos mostra o problema de Conselheiro com a Igreja, não menciona a hipótese de sua luta ser ou não monárquica ou antirrepublicana. Aqui, no entanto, aparece um termo estereotipado quando menciona “*massa inconsciente e bruta*” para se referir aos conselheiristas. Acerca de Contestado sua abordagem conduz a ideia de milenarismo e messianismo. Nessa coleção o texto enaltece as formas de organização e hierarquização do trabalho no interior dos movimentos e ressalta a validade da estrutura social desses grupos corroborando também com a ideia de Maria Isaura (1965) de resgatar essas articulações como normais e válidas. Ela não distingue messianismo de milenarismo e não classifica nem um dos movimentos como tal. Existe um problema, contudo, na parte reservada aos exercícios em um momento específico para “*Análise de Documento*”, coloca um trecho do livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*, que traz uma visão preconceituosa, fruto de suas concepções evidente, mas não coloca um contraponto ao texto. As perguntas para o documento seriam críticas se fizessem um paralelo entre dois textos distintos ou o documento e o texto do livro, como não o é, elas se tornam

tendenciosas por condicionarem a interpretação de uma única visão. O texto de Cunha analisado sozinho deslegitima o construído pela equipe do livro.

Por fim a coleção encabeçada por Gilberto Cotrim, *História Global Brasil e Geral*, não foge muito à regra, o texto é mais consistente explora os aspectos sociais oriundos dos movimentos priorizando um texto que de conta da organização hierarquizada no interior dessas comunidades contribuindo para uma visão valorativa dos movimentos, por destacar e deslegitimar a ideia de “fanáticos” desorganizados. Porém reafirma o caráter messiânico de Canudos e dos problemas de Antônio Conselheiro com a República sem distinguir os temas. Em Contestado, reafirma a ideia implícita de suas bases são messiânicas e milenaristas. Ele também traz um trecho euclidiano, mas para confrontar com o seu, o que demonstra uma tendência à uma atividade crítica. O texto, no entanto, menciona que os sertanejos eram fanáticos religiosos. As fontes inspiradoras do autor são tradicionais e ele não propõe muita discussão historiográfica. Seu texto também não possui citações científicas.

Aqui cabe lembrar que não podemos cometer generalizações sobre o trabalho dos autores, pois se trata de um recorte específico já que não nos prendemos em outros pontos no interior da obra. No entanto, qualquer postura, mesmo que não diretiva, revela a intenção ideológica dos idealizadores de um material didático e com o livro isso não é diferente, pois trás consigo uma ideologia que privilegia a construção de certa identidade nacional ou política (CHOPPIN, 2004).

Consultamos os materiais de quatro autores do início do XX: Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de história do Brasil: para uso das escolas de instrução primaria*, Rio de Janeiro, 7ª edição, editora B.L. Garnier, 1890; Jonatas Serrano, *Resumen de la história del Brasil*, Rio de Janeiro, editora Imprensa Nacional, 1943; Joaquim Silva, *História do Brasil*, São Paulo, 10ª edição, editora Companhia Editora Nacional, 1944, e, Borges Hermida, *História Geral*, este último com mais de 50 edições revistas, 1938.

É consonante um aspecto nesses autores, todos tratam dos movimentos como um problema a ser resolvido pelo governo federal, uma pedra no sapato do novo regime estabelecido. Todos são apresentados como agrupamentos de “fanáticos”, “subversivos” e que foram reprimidos para garantir a ordem nacional. Não existe qualquer menção sobre a luta pela terra no sentido de discutir problemas sociais do período, a ideia que se transmite é a do triunfo da república em detrimento dessas organizações desordeiras. “Espoliação”,

“latifúndio” e “oligarquia” são conceitos inexistentes nessas obras. Aqui há explicitamente um culto à República, e, Antônio Conselheiro, é aquele que tenta subverter essa nova ordem, é o inimigo do novo regime, por isso foi reprimido de forma exemplar. Visão extremamente coerente com o contexto de consolidação do Estado Nacional, cujo propósito era o enaltecimento da República e a formação da nação sem máculas e sem problemas de reivindicação social ou pelo menos todos resolvidos.

Algumas dessas concepções se perpetuam até hoje, mesmo nas obras recentes podemos depreender algumas dessas visões tradicionais. Por exemplo, a oposição Monarquia/República como escopo em *Contestado* e *Canudos*. Isso ainda não foi revisto pelos autores de livros didáticos, sequer incorporaram o debate sobre a luta pela posse da terra.

Esses manuais atuais e seus antecessores são consonantes em outros aspectos. Não abordam outros movimentos sócio-religiosos somente os clássicos: *Canudos*, *Contestado* e em alguns, o Padre Cícero. Os autores de livros didáticos não fornecem uma justificativa para isso, quem a fornece é Boris Fausto (2003), de acordo com ele outros movimentos surgem à margem do sistema dominante e não esbarram com o poder federal em processo de legitimação. Essa argumentação esclarece o quanto os novos livros estão revestidos de uma versão oficial, não relativizam os conteúdos, não propõem outras análises e não conduzem a um raciocínio de confronto e posicionamento crítico para os alunos. Abordagens desse tipo mudariam a estrutura dos livros tendo que incorporar eixos temáticos, a divulgação de novos movimentos e a comparação com outras realidades e tempos históricos.

Até 1950 a versão que se imprimia era a de sertanejos “fanáticos” e “subversivos”, a partir das novas pesquisas como a de Facó (1980) ainda existem estereótipos fornecidos e fomentados pelos livros didáticos através de uma visão eurocêntrica e generalista de que os movimentos são messiânicos e milenaristas sem distingui-los e os compreendendo como categorias explicativas e não como balizadores explicativos. Ronaldo Vainfas explica a diferença entre os conceitos, mas não os utiliza como referencial e sim como categorias autoexplicativas. Nenhuma das coleções propõe, portanto, uma desconstrução do termo messianismo para movimentos ou algo parecido.

A proposta de compreender esses movimentos como reformistas com o intuito de preservar uma estrutura familiar que era pressionada pela quebra dos padrões tradicionais

políticos como, por exemplo, a crítica do casamento civil feita por Conselheiro é incorporada somente por Vainfas.

Outra marca importante em todos os livros de concepções parecidas com a de Facó (1980) é a de “*espoliação*”, de “*latifúndio*” que leva a organizações pré-políticas como se os líderes e seus seguidores não tivessem consciência política para lutarem por seus direitos, de modo que o fizeram somente em nome de uma religião ou como consequência de uma ação imediata do governo federal ou local. Ignorando fatos anteriores de descaso e desigualdades sociais advindos do Antigo Regime. Neste caso as obras que descrevem o interior dos agrupamentos mencionando suas formas de organização política, destacando sua consciência hierárquica propõem uma mudança na mentalidade, mas não desenvolvem um debate sobre as formas mais igualitárias de vivência no interior desses grupos com o propósito de aprofundar a questão e mostrar o quanto esses movimentos eram legítimos.

Existe também um consenso em abordar o evento do Contestado como messiânico e milenarista. As imagens são basicamente as mesmas e estão ali para ilustrar o que o texto diz: um João Maria com as feições de Cristo.

Neste sentido tanto os exercícios quanto a organização iconográfica ainda são muito tradicionais, não propõe análise de imagem, os exercícios não exigem reflexão ou sequer sugerem confrontos, são em sua maioria, para retirar informações do texto o que exige o esforço da cópia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de história ainda incorpora muito da história oficial no trato com seus conteúdos, isso se deve em certa medida a sujeição dos materiais didáticos às avaliações institucionais e a utilização desses de forma prescrita por professores nas instituições de ensino que, alijados do processo de constituição desses materiais, não podem contribuir diretamente para seu aperfeiçoamento. Concordar com isso não significa ignorar o papel do professor enquanto figura primordial para o processo de ensino/aprendizagem e que este deve avaliar os recursos didáticos com os quais irá trabalhar, confrontá-los e ressignificá-los.

A partir da análise de Circe Bittencourt (2006) podemos compreender que o livro didático tem suas limitações e é condicionado por motivos ideológicos, econômicos, técnicos; que a linguagem didática simplifica questões complexas que restringem uma formação intelectual mais autônoma e crítica; muitos não trabalham com fragmentos de obras originais;

os exercícios e as atividades não permitem uma reflexão crítica e é papel do professor, e cabe a ele, burlar essas limitações que identificamos no caso da abordagem dos movimentos sócio-religiosos. Em contrapartida o livro possui farto material para o domínio da leitura; amplia, veicula e divulga informações com linguagem mais clara que o saber puramente científico; linguagens não escritas que possibilitam a autonomia do educando e ainda auxilia na compreensão de conceitos básicos. Compreender isso significa considerar que o texto didático e o livro em si estão expostos e submetidos a várias interferências profissionais, mercadológicas, pedagógicas e ideológicas. Precisamos lembrar ainda que em alguns momentos da história a adoção do livro implicava suprir a formação do professor e, ademais, o fato de que o Estado ser o principal consumidor do livro implica na dependência de seus idealizadores em função do interesse comercial (BITTENCOURT, 2004).

O mais indicado é escolher aquele material que traga uma multiplicidade de visões e que desconstrua verdades prontas e acabadas. Observemos o caso analisado. Muito da memória oficial está presente nesses materiais. Se os grupos dirigentes contribuíram para isso, não podemos negar o papel do culto a imprensa e aos meios de comunicação que interfere nessa memória. Três de seis coleções ainda trazem textos de Euclides da Cunha que é citado em todos os livros do início do século XX corroborando ainda com uma visão tradicional do evento. Nenhuma das obras analisadas propõe uma desconstrução ou um confronto com este ponto de vista reafirmando a visão oficial construída nos primórdios da República.

Não existe mais só um viés analítico, a tendência é a valorização dessas organizações como resistência as desigualdades sociais, destacando o papel desses sujeitos como agentes históricos possuidores de consciência política e atores de sua própria história e não como massas motivadas por um único ideal que pode ser o religioso. Uma forma de defender essa postura são aqueles trabalhos que resgatam a historicidade dos movimentos, que dão voz a seus participantes e a sua visão de mundo. Fazer isso significa relatar suas formas de organização social, suas experiências, seus argumentos, sem esquecer de mencionar suas leis e as maneiras que encontraram para minimizar as desigualdades sociais no interior dos grupos. Essa tendência aparece de forma muito tímida nos materiais didáticos através daqueles autores que optaram por um texto que descrevem a organização desses grupos resgatando o protagonismo de seus participantes, mas ainda falta percorrer um longo caminho. Ainda assim, a versão histórica dos manuais didáticos ainda privilegiam a

histórias dos grandes feitos e dos grandes heróis e se cala em relação as zonas mais afastadas isso fica claro na omissão de todos os autores em relação a outros movimentos sócio-religiosos que ocorreram no Brasil, mas que não esbarraram com o poder oficial instituído.

Contudo, esses mesmos manuais embora tragam mensagens poéticas para professores e alunos no início de suas obras ainda não incorporaram por completo as propostas do PCNs no que diz respeito a explorar a história local, a trabalhar com eixos temáticos, projetos interdisciplinares que permitem ao aluno ser protagonista de seu próprio conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba S. de Sá. (Org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores associados, 1998.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Rev. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, 2004.

_____. *Livro didáticos entre textos e imagens*. In: _____(Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 69-90.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: o ofício do historiador**. Tradução: André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CHOPPIN, Alain. História do livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Ver. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, 2004.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e luta**. 6^o Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

LANTERNARI, V. **Movimentireligiosidilibertà e disalvezzadeipopolioppressi**. Milan, Feltrinelli, 1960.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, Filipi Pinto. Messianismo, milenarismo e catolicismo (popular) no discurso intelectual das ciências humanas e sociais: apontamentos preliminares para uma questão conceitual. **Rev. de Teoria da História**. Goiais, Ano 2, Número 4, dezembro/2010.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". **Rev. Antropol.**, São Paulo, v.41, n.1, 1998. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 out. 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo, Dominus, 1965.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: A Guerra Sertaneja do Contestado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. O messianismo e a construção do paraíso na história. **Revista Aulas**. Campinas, n.4, 2007. Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf>. Acesso em 04 out. 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. O encoberto da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em minas gerais. **Revista de história e estudos culturais**. São Paulo, v.4, n.4, 2007.

ZALUAR, A.G. Os movimentos messiânicos brasileiros: uma leitura", *BIB*, 6, Rio de Janeiro, pp. 9-21.